

EXTENSÃO POPULAR NA DEFESA DE TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA: RELATANDO EXPERIÊNCIAS NA COMUNIDADE MAILA SABRINA (SESSÃO TEMÁTICA)

Katarina Fagundes Aragão

Universidade Federal do Paraná | katarinafagundes@ufpr.br

Gabriele Borinelli

Universidade Federal do Paraná | gabriele.borinelli@ufpr.br

Pedro Henrique Alberti

Universidade Federal do Paraná | pedroalberti@ufpr.br

Wallace Silves Pereira

Universidade Federal do Paraná | silvasespereira@ufpr.br

Ingrid da Costa Rosário

Universidade Federal do Paraná | ingridcosta@ufpr.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: A Comunidade Maila Sabrina, no Paraná, iniciou a ocupação da Fazenda Brasileira em 2003, buscando cumprir a função social da terra, mitigar a degradação ambiental e promover a Reforma Agrária. Diante de ações de despejo, articulou-se com o Coletivo de Planejamento e Assessoria Técnica Popular – Plantear para realizar estudos técnicos e jurídicos que impedissem a expulsão das famílias. Este artigo retrata o processo de assessoria técnica popular na comunidade e reflete sobre a prática da extensão popular em conflitos territoriais. A primeira parte analisa aspectos comunitários que fortalecem a luta contra o despejo, destacando questões ambientais, produtivas, rururbanas, infraestruturas públicas e ações solidárias durante a pandemia de Covid-19. No segundo momento, apresenta-se algumas reflexões sobre essa experiência, especialmente sobre a atuação da extensão universitária popular como mediadora de conflitos e em defesa dos territórios.

Palavras-chave: Planejamento Territorial; Extensão Popular; Comunidade Maila Sabrina; Reforma Agrária; Assessoria Popular.

POPULAR EXTENSION IN THE DEFENSE OF AGRARIAN REFORM TERRITORIES: REPORTING EXPERIENCES IN THE MAILA SABRINA COMMUNITY

Abstract: *The Maila Sabrina Community, located in Paraná, began occupying the Fazenda Brasileira in 2003, aiming to fulfill the social function of land, mitigate environmental degradation, and promote Agrarian Reform. In response to eviction actions, the community collaborated with the Collective for Planning and Popular Technical Advisory (Plantear) to conduct technical and legal studies to prevent the expulsion of families. This article explores the process of popular technical advisory in the community and reflects on the practice of popular extension in territorial conflicts. The first section analyzes community aspects that strengthen the struggle against eviction, emphasizing environmental and productive issues, rural-urban dynamics, public and community infrastructures, and solidarity actions during the Covid-19 pandemic. The second section offers reflections on this experience, particularly regarding the role of popular university extension as a mediator in conflicts and a defender of territories.*

Keywords: Territorial Planning; Popular Extension; Maila Sabrina Community; Agrarian Reform; Popular Advisory.

EXTENSIÓN POPULAR EN LA DEFENSA DE LOS TERRITORIOS DE LA REFORMA AGRARIA: RELATANDO EXPERIENCIAS EN LA COMUNIDAD MAILA SABRINA

Resumen: *La Comunidad Maila Sabrina, ubicada en Paraná, inició la ocupación de la Fazenda Brasileira en 2003, con el objetivo de cumplir la función social de la tierra, mitigar la degradación ambiental y promover la Reforma Agraria. Ante acciones de desalojo, la comunidad se articuló con el Colectivo de Planeamiento y Asesoría Técnica Popular (Plantear) para realizar estudios técnicos y jurídicos que impidieran la expulsión de las familias. Este artículo analiza el proceso de asesoría técnica popular en la comunidad y reflexiona sobre la práctica de la extensión popular en conflictos territoriales. La primera parte examina aspectos comunitarios que fortalecen la lucha contra el desalojo, destacando cuestiones ambientales, productivas, dinámicas rural-urbanas, infraestructuras públicas y comunitarias, y acciones de solidaridad durante la pandemia de Covid-19. La segunda parte presenta reflexiones sobre esta experiencia, especialmente sobre el papel de la extensión universitaria popular como mediadora de conflictos y defensora de territorios.*

Palabras clave: Planificación Territorial; Extensión Popular; Comunidad Maila Sabrina; Reforma Agraria; Asesoría Popular.

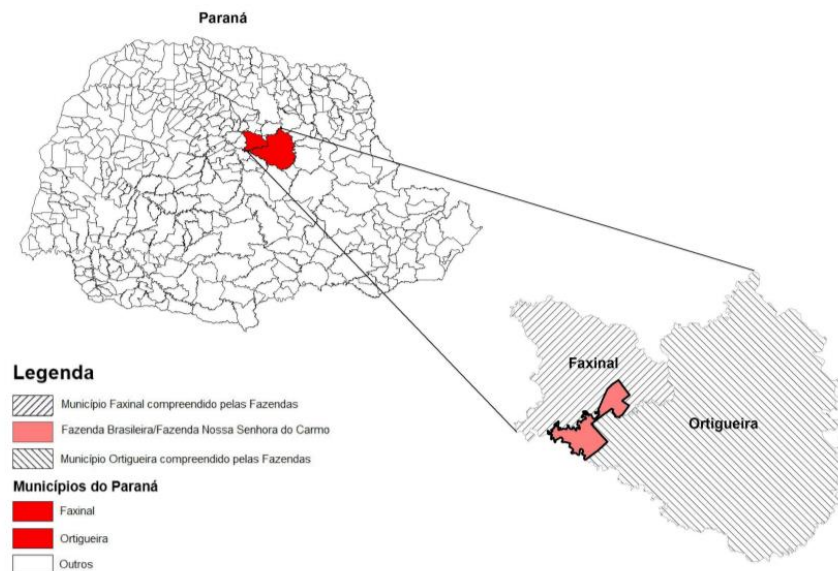
INTRODUÇÃO

"[...] sempre houve no Brasil uma política de impedimento aos pobres, camponeses, quilombolas e indígenas de viverem em paz na terra" (Carlos Marés, 2003, p. 165).

A cerca de 300 Km de Curitiba, na região centro-sul dos campos gerais paranaenses, localiza-se a Comunidade Maila Sabrina, uma área de ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que teve início em 2003 e hoje se encontra em avançado processo de

consolidação. Nos seus mais de 10 mil hectares de área, vivem e produzem aproximadamente 430 famílias camponesas.

Figura 1: Localização da Comunidade



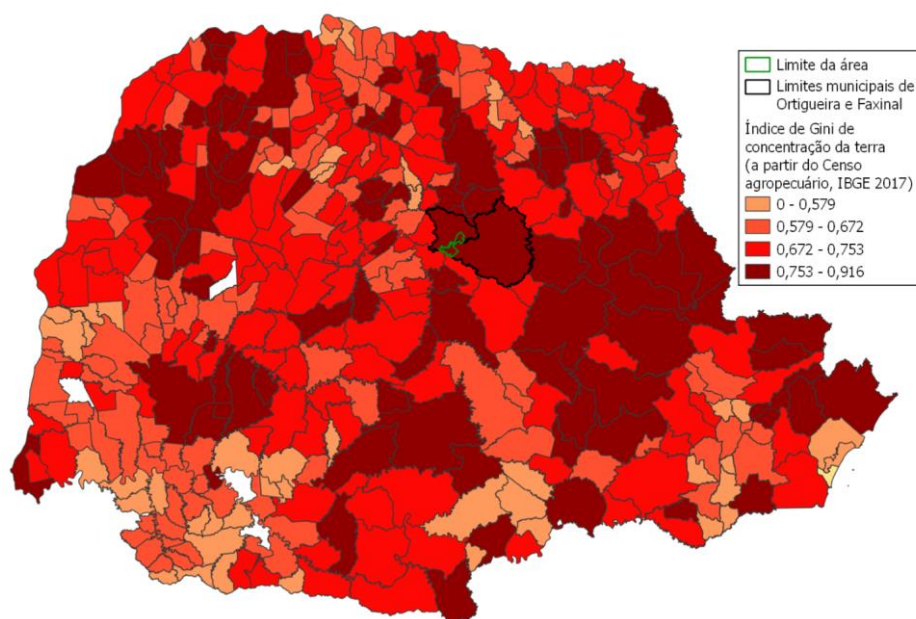
Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2019.

Precisamente, a Comunidade se localiza no limite entre os municípios de Faxinal e Ortigueira, sendo a linha divisória no cotidiano da Comunidade, uma mera formalidade técnico-jurídica. O contexto social e histórico dos municípios, por outro lado, revela marcos importantes sobre o significado da ocupação da chamada Fazenda Brasileira, ou Fazenda Nossa Senhora do Carmo, onde hoje é a Comunidade Maila Sabrina. Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), ambos os municípios apresentam considerável concentração fundiária, estando acima da média do Paraná (0,688) no índice de Giniⁱ (FIGURA 2), com 0,77 em Ortigueira e 0,789 em Faxinal (IBGE, 2017).

Ainda conforme os dados do Censo, em Ortigueira, os menores estabelecimentos agropecuários (até 100 ha) representam 2.638 imóveis (ou 88% do total de imóveis), ocupando uma área de apenas 44.934 hectares, ou 23,2% de área agropecuária do município (IBGE, 2017). Da mesma forma, em Faxinal os 422 imóveis agropecuários de até 100 ha, representam 78,6% do total de imóveis, mas ocupam uma área de apenas 12,5% (aproximadamente 6 mil ha) do total da área agropecuária do município (IBGE, 2017). A alta concentração fundiária traz outras consequências estruturais para os municípios, como a falta de infraestruturas públicas suficientes para atender a população do município e insegurança alimentar, apesar das extensas áreas agropecuárias, conformando um quadro de médio IDHM em Faxinal (0,687) e baixo IDHM em Ortigueira (0,609), considerado um dos menores do sul do Brasil.

Essas discrepâncias estatísticas são o retrato de um país que nunca efetivou um processo de Reforma Agrária e mais que isso, conforme o mapa da Figura 2, revelam um padrão de concentração fundiária na região em que se localiza a Comunidade Maila Sabrina. Esse padrão deu-se por um processo de colonização da região dos campos gerais, que significou, ao mesmo tempo a desterritorialização e expropriação de povos originários e tradicionais e comunidades campesinas, obrigados a abandonar sua terra, seus territórios, suas práticas e seus modos de vida para dar lugar ao “desenvolvimento”.

Figura 2: Mapa de índice de Gini de Concentração da terra nos municípios do Paraná.



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

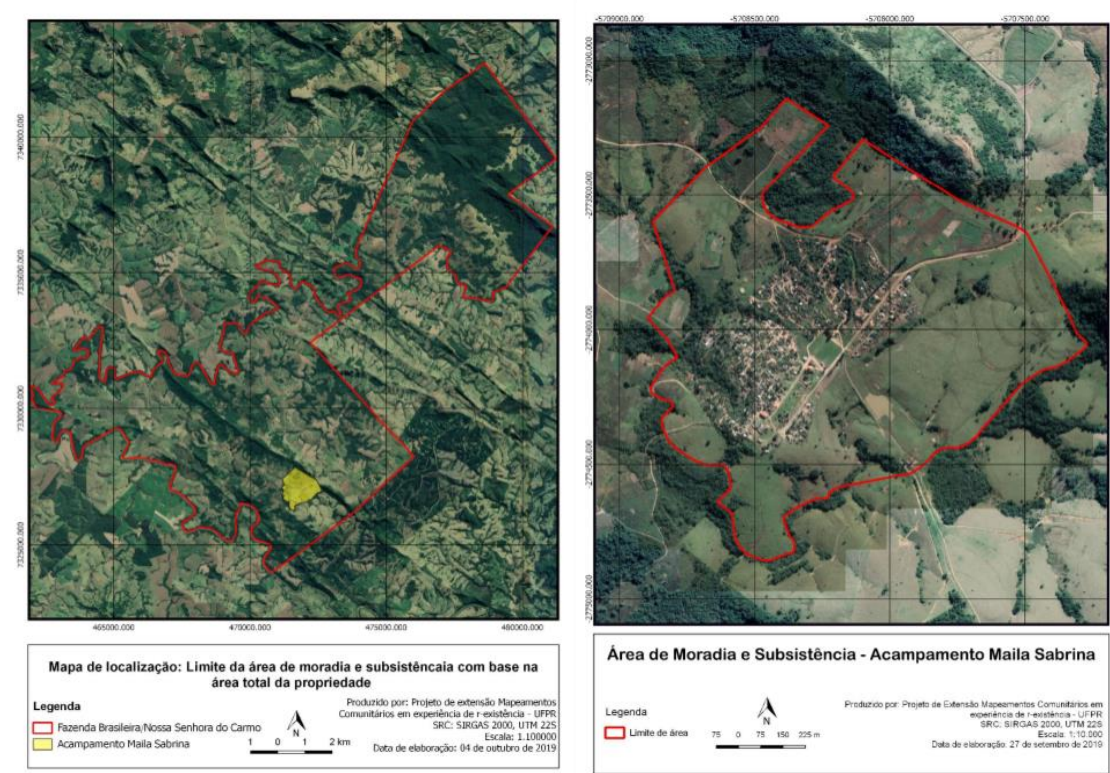
Além disso, o apagamento histórico da presença de populações indígenas e negras, muitos das quais foram escravizadas, confronta esse panorama de conflitos fundiários na região. Conforme o Censo Quilombola do IBGE (2022), na região dos Campos Gerais do Paraná se localizam cerca de 20% das Comunidades Quilombolas autodeclaradas no estado, que ainda hoje lutam pelo reconhecimento e demarcação dos seus territórios como garantia de direitos para essas comunidades. Além disso, a região centro-sul é território indígena (com a maior terra indígena (TI) demarcada no Paraná, TI Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul) e território de comunidades faxinalenses, posseiras, entre outras tradicionais. Nessa região também se encontra a maior fazenda já ocupada pelo MST no estado, em 1996 – da madeireira Araupelⁱⁱⁱ –, onde até hoje centenas de famílias estão acampadas e outras centenas já foram assentadas, nesse que é um dos maiores complexos de Reforma Agrária do Brasil.

Todo esse contexto regional apresentado, especialmente pela diversidade de lutas pela terra e sujeitos do campo e das florestas, demonstra o ambiente em que se deu a ocupação, a mais de 20 anos atrás, da Fazenda que hoje é a Comunidade Maila Sabrina. No início da ocupação, as famílias acamparam numa pequena área da antiga Fazenda, onde os barracos de lona preta próximos uns dos outros como medida de segurança e para facilitar as atividades do acampamento.

A atividade anterior na Fazenda se limitava a criação de búfalos, uma espécie exótica de alta degradação ambiental, o que foi uma grande barreira para a comunidade no sentido produtivo, uma vez que o solo se encontrava bastante compactado. Além disso, foi necessário a organização de estruturas coletivas, como a escola itinerante, para atender o grande número de crianças e jovens na ocupação. Com o tempo, a comunidade foi se estruturando e incorporando serviços e atividades dentro do acampamento, como campo de futebol, lanchonetes e bares, mercado, posto de saúde e até uma festa de cavalgada que acontece todos os meses e reúne mais de 2 mil pessoas da região. Esse crescimento de infraestruturas foi resultado, sobretudo, de uma demanda da juventude que se encontrava sem interesse em permanecer na comunidade pela falta de atividades de convivência e lazer.

Diante dessas questões e pensando na organização interna, o Maila Sabrina se estruturou coletivamente, na área do antigo acampamento, a partir de uma estrutura de agrovila central, onde se localizam as moradias, os serviços, comércios, estruturas comunitárias, área coletiva de pasto e horta de subsistência. Com isso, a Comunidade não apenas garantiu a permanência da juventude, mas ainda promoveu a consolidação da área, que hoje se assemelha a paisagem um distrito urbano. Nas Figuras 3 e 4, a seguir, é possível observar essa organização.

Figura 3: Mapas da Comunidade Maila Sabrina



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2019.

Figura 4: Núcleo Periurbano e Núcleo Urbano Central da Comunidade Maila Sabrina



Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

Fonte:

A organização comunitária promoveu uma grande transformação no território, especialmente nas questões ambientais e sociais, com a melhora das condições de vida, inclusive crescendo os índices os municípios em que se insere, especialmente nos âmbitos social e econômico. Além disso, em função das atividades culturais, festividades e infraestrutura, é um ponto de referência e bem frequentado pela população da região, que participa do cotidiano da Comunidade.

Contudo, apesar da consolidação evidente, ainda permanecem tentativas de despejo das famílias, em benefício dos declarantes proprietários da área. Por essa razão, o MST tem buscado, sobretudo nos últimos 5 anos, parcerias que possam colaborar com a disputa pela permanência das famílias na área. Foi assim que o coletivo de extensão Planejamento Territorial e Assessoria Popular – PLANTEAR, da Universidade Federal do Paraná é chamado para atuar junto da comunidade.

O Plantear é um coletivo de coletivos de extensão da Universidade Federal do Paraná, que reúne docentes e discentes, de graduação e pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento. Fazem parte do Plantear, o Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas – CEPPUR (Engenharias e Planejamento Urbano), o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra – ENCONTTRA (Geografia), o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU Caracol (Arquitetura e Urbanismo) e o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular – MAJUP Isabel da Silva (Direito). O grupo nasce a partir da elaboração do Plano Urbanístico Emergencial para uma ocupação urbana, chamada Comunidade 29 de Março, em Curitiba-PR, após um incêndio criminoso possivelmente causado pela força policial, na noite de 7 de dezembro de 2018.

O incêndio marcou profundamente a vida das pessoas dessa comunidade e escancarou o nível de violência que estão submetidas grupos em situação de vulnerabilidade, que lutam por moradia e um pedaço de terra, inclusive dentro de uma das capitais mais “ricas” do país, que se vende como “cidade planejada e inteligente”. O ocorrido mobilizou diversos voluntários, movimentos sociais (como o MST), ONGs e instituições, incluindo docentes e discentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para a reconstrução da comunidade numa ação rápida de alguns poucos dias para evitar os despejos que já estavam sendo organizados pela Companhia de Habitação e a Prefeitura do município.

A partir do esforço e mobilização conjunta, evidenciou-se a importância de parcerias entre a academia e sociedade, especialmente para fortalecer a defesa de territórios em situação de vulnerabilidade. Depois da reconstrução da Comunidade, já em 2019, quando esse grupo de docente e discentes, que ainda não se denominava Plantear, é chamado pelo Movimento Sem Terra para atuar em uma área, houve uma resposta imediata com a elaboração de um primeiro estudo técnico-jurídico de caracterização da comunidade. É a partir desse primeiro documento que o grupo se articula para formar o coletivo PLANTEAR e, desde então, atender demandas de mais de 20 comunidades urbanas e rurais, com estudos técnicos, jurídicos e/ou

de planejamento territorial, alinhando pesquisa, extensão e comprometimento com a justiça social.

Os trabalhos do PLANTEAR se deram, sobretudo, durante o governo Bolsonaro, quando as ações de despejo e a violência contra os movimentos sociais foram constantes, mesmo durante a pandemia de Covid-19. Mas, passados esses quatro anos sombrios, as ações de tentativa de despejo permanecem, assim como o trabalho do Plantear. Em 2024, uma nova ameaça de despejo da Comunidade Maila Sabrina surgiu – e permanece vigente –, o que motivou uma nova demanda vinda do Movimento Sem Terra e do Maila Sabrina: um estudo mais aprofundado sobre a consolidação da comunidade.

O presente artigo é um esforço de retratar esse processo de trabalho de assessoria na Comunidade Maila Sabrina e buscar reflexões a partir da prática da extensão popular em áreas de conflito territorial. Assim, o artigo se encontra dividido em duas partes seguintes, sendo a primeira um levantamento dos aspectos sobre a comunidade que ajudam a fortalecer a luta contra o despejo e reafirmam, jurídica e tecnicamente, sua consolidação. Entre esses aspectos destacamos as questões ambientais e produtivas, o rururbano e as infraestruturas públicas e comunitárias e as ações de solidariedade regionais e estaduais da Comunidade durante a pandemia de Covid-19. No segundo momento, apresenta-se algumas reflexões sobre essa experiência, especialmente sobre a atuação da extensão universitária popular como mediadora de conflitos e em defesa dos territórios, em um Brasil que carrega um grande e complexo contexto fundiário.

A NARRATIVA CONTRA O DESPEJO

A política de criação e implantação de assentamentos no Brasil sofre com as várias travas causadas pelas legislações vigentes e pela morosidade e orçamento com que os processos fundiários tramitam no sistema de justiça. É justamente pelo seu duplo caráter, de valor de uso para as famílias sem-terra e de valor de troca pelos que se dizem proprietários que se tornam infundáveis esses processos, quando não violentos.

Entretanto, Fernandes (2006, p. 2) afirma que “pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana”. Pensar ou repensar uma política de Reforma Agrária significa incorporar outras dimensões que não apenas a distribuição de títulos de propriedade ou políticas públicas voltadas à produção de “pequenos agronegócios”, mas incorporar uma dimensão de direito difuso sobre a terra, isto é, que tenha função social para o conjunto da sociedade e não apenas para quem usufrui ou tem posse direta sobre ela.

Para demonstrar essas questões, serão apresentados alguns dos aspectos levantados sobre a Comunidade: uma série de estruturas, espaços e dinâmicas que comprovam sua plena consolidação. O documento elaborado reúne registros realizados pela própria comunidade e

análises desenvolvidas por pesquisadores do Plantear, que apresentam as potencialidades e diversidades do território, que vão desde a redução de áreas anteriormente degradadas, até a formação de redes de solidariedade e a realização de eventos culturais. A seguir, discorreremos sobre alguns tópicos relevantes neste processo.

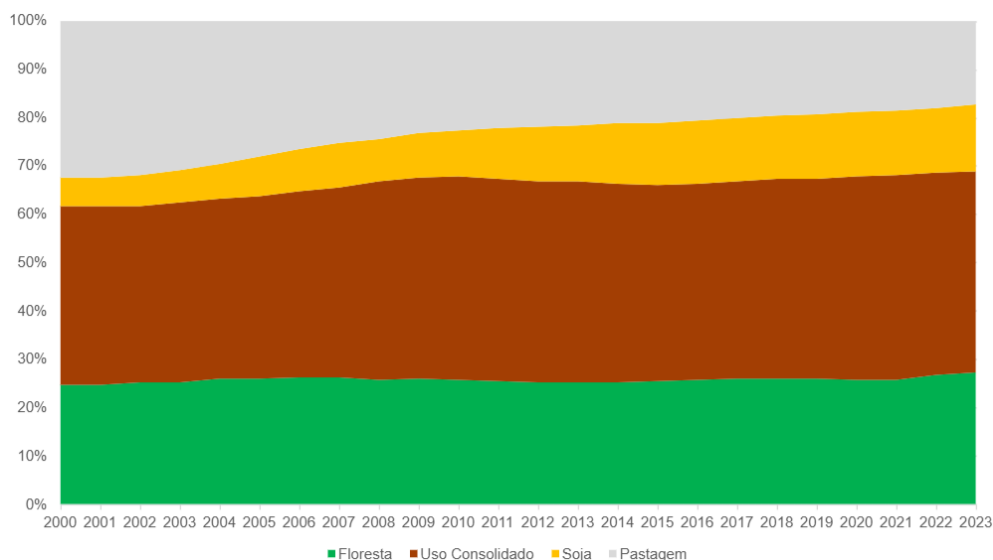
MEIO AMBIENTE E PRODUÇÃO

Conforme os estudos realizados pelo Plantear (2019; 2024), do ponto de vista ambiental e produtivo, a comunidade Maila Sabrina apresenta indicativos de alta relevância que comprovam o uso e ocupação do solo alinhados ao cumprimento da função social da terra, à preocupação com meio ambiente e ao fortalecimento da soberania alimentar.

A análise história de dados obtidos junto ao projeto MapBiomas, desde o ano 2000 até o ano de 2023, possibilita evidenciar as mudanças significativas que ocorreram em função do trabalho desempenhado pelas famílias no território: intimamente relacionado à política de reforma agrária, a substituição de áreas de pastagem degradadas por lavouras consolidadas e florestas. Essas questões coadunam diretamente com Wanderley (2009), ao dizer que é na agricultura de base camponesa onde reside a resolução para questões fundamentais, tais como aumento da biodiversidade e relações econômico-sociais mais justas.

Ao observarmos a Figura 5, percebe-se a reorganização dos usos do solo da comunidade, de tal forma que, a partir de sua ocupação no ano de 2003, constata-se uma acentuada redução das áreas de criação bubalina, representadas no gráfico como “pastagem”. Essa redução do tamanho das áreas de pastagem, anteriormente degradadas e com perda de biodiversidade local, tem dado espaço às áreas de uso consolidado, ou seja, áreas onde houve a implantação do cultivo de múltiplas espécies de plantas, com finalidades econômicas e de garantias potenciais à soberania alimentar da comunidade.

Figura 5: Evolução do Uso e ocupação do solo nos municípios de Ortigueira e Faxinal/PR.

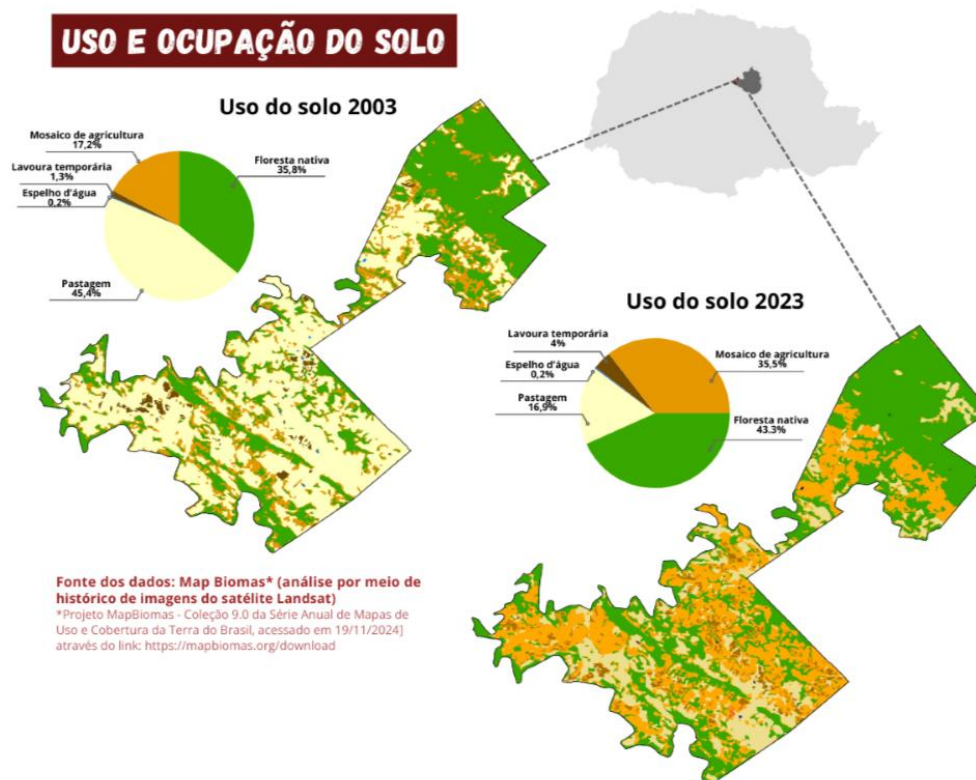


Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

A centralidade das famílias no processo de reorganização do território demonstra a importância da oportunidade de acesso à terra, não somente para a garantia da permanência e manutenção das 430 famílias que compõem o território, mas também para a dinamização do setor agrícola regional simultaneamente ao aumento e proteção da biodiversidade local.

A partir das análises realizadas, o contraste observado após os 20 anos de ocupação, desde a formação do assentamento no ano de 2003, até o ano de 2023, demonstra que a comunidade tem proporcionado usos ao solo que denotam o papel central das famílias para a garantia de benefícios coletivos: redução das áreas de pastagens degradadas (63%), aumento da área cultivada (214%), aumento da área florestada (21%) e inclusão do cultivo da soja em 14% da área. Em síntese gráfica, a evolução do uso e ocupação do solo pela comunidade Maila Sabrina pode ser observada na Figura 6:

Figura 6: Diferença do Uso e Ocupação do Solo pela comunidade no ano de 2003 e de 2023



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

Esses dados colocam em destaque que a proteção ambiental, bem como a produção de alimentos saudáveis, está intimamente ligada à democratização da terra no campo. Permitem, ainda, indicar que com a ocupação e convivência das famílias, que compartilham um projeto político comunitário de vida, permite melhorar as condicionantes ambientais do território. Essas questões reafirmam a função social que a natureza possui como um direito difuso do povo.

RURBANICIDADE E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Assim como a dicotomia sociedade-natureza assombra a ciência geográfica, a relação rural-urbano também não encontra consenso entre os pensadores e formuladores do planejamento territorial. Problematicando esta contradição, Pereira, Barone e Hirao (2016, p.16) pontuam que,

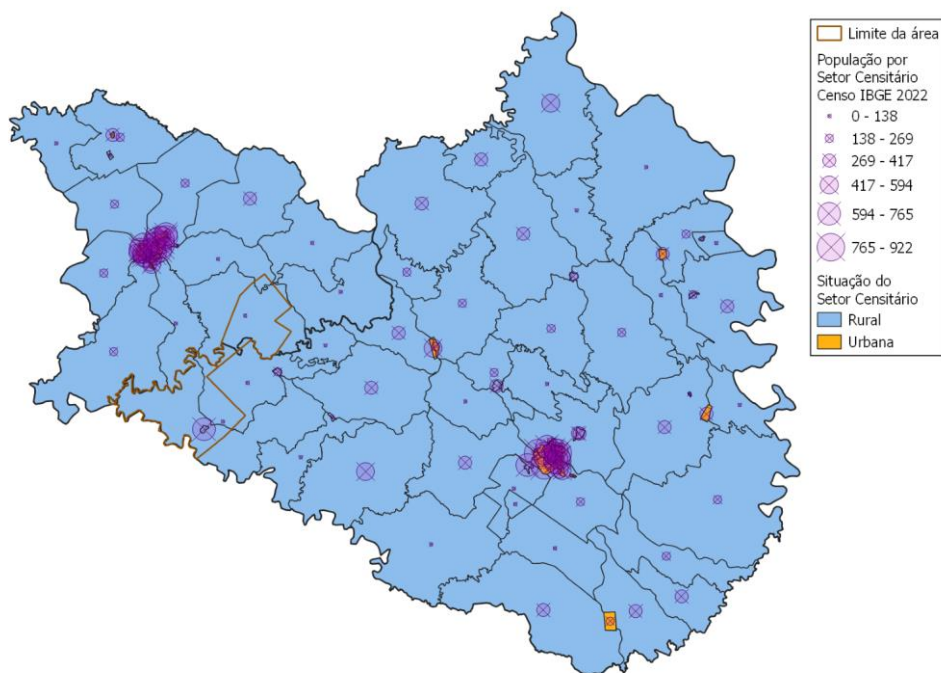
ambos os espaços, tanto o urbano, quanto o rural, não devem mais ser definidos por oposição, e sim, pela relação, preferivelmente uma relação igualitária no sentido da importância. Pensar o rural e o urbano em conjunto passa a ser essencial para o desenvolvimento de ambos os espaços. Focar na cidade e considerá-la como uma unidade sólida, distinta, leva a projetos de planejamento equivocados. É necessário que os ambientes evoluam de maneira integrada para que um viabilize e contribua para a existência do outro [...] O que ocorre atualmente, é que as

políticas rurais têm como objetivo basicamente reduzir o isolamento das populações rurais e não levam em conta as necessidades novas, que surgem em todos os espaços. Esse novo espaço rural precisa de melhorias que hoje apenas são associadas ao urbano, como as questões relacionadas à infraestrutura de qualidade (hospitais, escolas, espaço público de convívio, etc) (PEREIRA; BARONE, HIRAO, 2016, p. 16).

O rururbano designa, assim, locais marcados pela presença de atividades comuns ao meio urbano e ao meio rural, onde uma das principais características consiste no uso misto do solo. Apesar das contradições que envolvem o conceito de rururbano, a realidade mostra que a comunidade Maila Sabrina está inserida neste espaço de dinâmicas híbridas, de modo que este elemento é central para pensar políticas públicas e o próprio planejamento territorial da comunidade.

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2022, é possível ter uma perspectiva sobre a consolidação urbana da Comunidade Maila Sabrina a partir de uma comparação entre os dados obtidos nos municípios de Ortigueira e Faxinal. O núcleo urbano da Comunidade (Figura 7) corresponde ao setor censitário utilizado pelo IBGE na área, considerado “Rural” e contabilizando 710 moradores no Maila Sabrina (IBGE, 2022). No total, nos dois municípios, são delimitados 115 setores censitários, desses 61 são considerados rurais e os demais urbanos, sendo grande parte desses concentrados na malha urbana consolidada do município. A média populacional do total de setores censitários é 340 moradores, enquanto entre aqueles considerados urbanos, a média é de 511 moradores. Entre todos os setores censitários, o núcleo urbano do Maila Sabrina é o 13º setor censitário mais populoso, superando muitos setores considerados urbanos inclusive alguns situados dentro da malha urbana consolidada dos municípios.

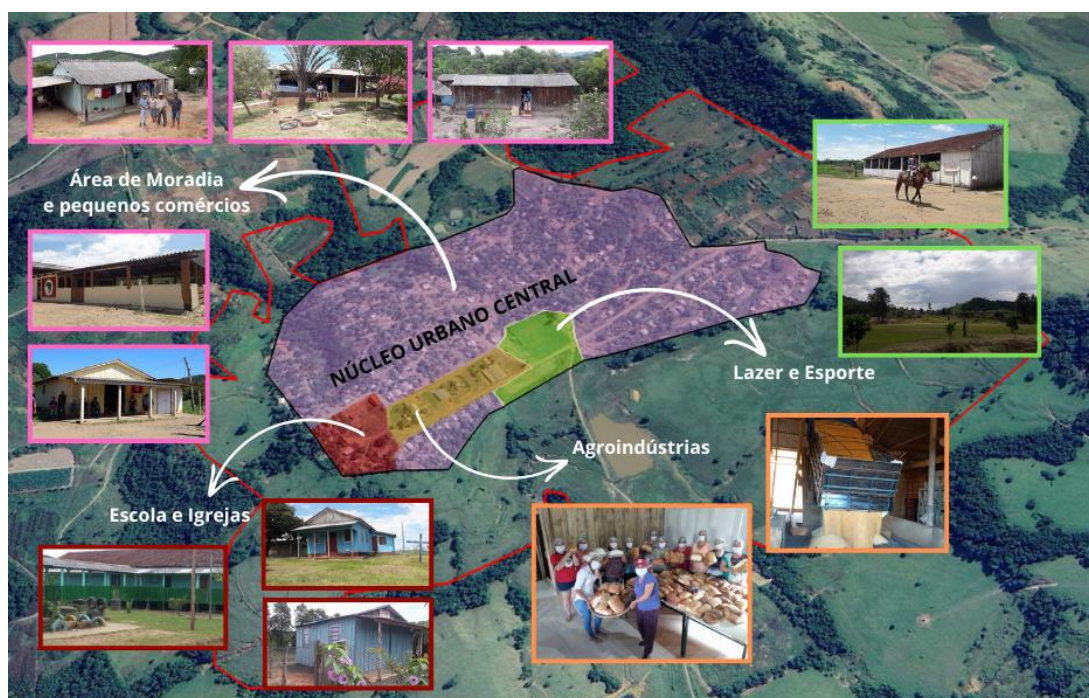
Figura 7: Situação dos setores Censitários IBGE (Censo 2022), se urbano ou rural e população.



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

Nesse sentido, evidencia-se um fenômeno de urbanização da comunidade na medida que mantém há anos uma ocupação equivalente às áreas urbanas do município, promovendo diversas funções sociais e serviços na área aliadas a produção agrícola diversificada e a manutenção do meio ambiente. A parte “urbana” da Comunidade é composta de um núcleo urbano central - onde se localizam as áreas de moradia, agroindústrias, serviços públicos e comunitários e as áreas de lazer -, e no seu entorno, um núcleo periurbano com área de produção de subsistência e uma área de pastagem coletiva (Figura 8).

Figura 8: Núcleo Urbano Central da Comunidade Maila Sabrina.



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

O “urbano” se caracteriza não apenas pela presença de infraestruturas e equipamentos, como unidade de saúde, áreas de lazer, igrejas, centro comunitário e escola de ensino básico (Figura 9), mas sobretudo pela conformação de um “modo de vida” urbano. Nos mais de 20 anos de ocupação, a comunidade Maila Sabrina tem se estruturado de tal forma que os benefícios de sua consolidação extrapolam os limites geográficos da comunidade, impactando a região de modo geral. Agregando elementos rurais e urbanos, ou rururbanos, além dos 7.000 hectares destinados à produção agrícola que alimenta os municípios do entorno com produtos de qualidade orgânica, destaca-se pela centralidade, referência e influência que a Comunidade criou entre as comunidades rurais do entorno (de fora do assentamento), que utilizam-se dos serviços prestados ali e participam ativamente se festividades e eventos culturais. Assim, ao mesmo tempo que a atividade agrícola é o motor central da economia no Maila Sabrina, uma parte da economia e do cotidiano comunitário se realiza com atividades caracterizadas como “urbanas”.

Figura 9: Levantamento de equipamentos, infraestrutura e serviços no núcleo urbanizado.



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2019.

EDUCAÇÃO

A educação pública, gratuita e de qualidade é um direito que deve ser assegurado a todos, visando o pleno desenvolvimento humano, todavia, nos primeiros dois anos de ocupação, a comunidade Maila Sabrina enfrentou sérios desafios de acesso à escola. Dificuldades logísticas e de transporte, por exemplo, impactaram negativamente os estudantes da comunidade, de tal forma que os índices de reprovação e evasão foram muito elevados. De acordo com Urquiza (2009, p. 79),

além do grande número de crianças a serem transportadas, as condições de transporte eram inadequadas, (em cima de caminhões sem segurança, em caminhonetes velhas sem freio, as estradas precárias e pouco usadas pelo latifúndio do boi por extensão, deterioradas, perigosas e quando chovia, ninguém saía ou voltava para o acampamento. Se as condições de transporte eram precárias, problema ainda maior era a dificuldade de adaptação das crianças nas escolas da cidade. Os estudantes do assentamento Maila Sabrina que estudavam em Faxinal, sofriam vários tipos de preconceitos e eram estigmatizados tanto por alunos como professores (URQUIZA, 2009, p. 79).

A partir desta realidade tão desafiadora e entendendo a importância da educação e da formação dos estudantes para fortalecer a luta pelo acesso à terra e à cidadania, a comunidade Maila Sabrina, no ano de 2005, protagonizou a construção da Escola Itinerante Caminhos do Saber (Figura 10), que atualmente atende todos os níveis da educação básica, com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo Boemer (2018, p. 77), "desde o início do acampamento, criou-se o embrião da Escola Itinerante, mas somente no final de 2005 conseguiu ser organizada junto a Secretaria Estadual de Educação e seu funcionamento [...]" (BOEMER, 2018, p. 77).

Figura 10: Escola Itinerante “Caminhos do Saber” na Comunidade Maila Sabrina.



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2019.

A implantação da escola foi um marco divisor no acesso à educação para os estudantes da comunidade, contudo, além da relevância do ponto de vista estrutural, ressalta-se a oportunidade de aliar os processos formativos ao movimento social, a fim de construir uma educação popular e engajada na luta pelo acesso à terra. Neste sentido, é ímpar ressaltar a proposta da Educação do Campo, como uma maneira de protagonizar Povos e Comunidades Tradicionais, além de movimentos sociais, objetivando valorizar seus próprios saberes, práticas e organização interna. De acordo com Caldart (2012, p. 259),

a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 259).

Pensando a Educação do Campo no contexto dos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, foram criadas as escolas na modalidade itinerante, articulando a educação com a luta pela Reforma Agrária, principalmente em áreas de acampamento, onde os conflitos pela terra são mais acentuados.

As escolas itinerantes são escolas públicas que compõem a rede estadual de ensino e são aprovadas pelos conselhos estaduais de Educação. Por se movimentarem com a luta, têm de estar vinculadas legalmente a uma escola base que é a responsável por sua vida funcional: matrículas, certificação, verbas, acompanhamento pedagógico etc. Geralmente, a escola base localiza-se em um assentamento do MST, referenciando-se no projeto educativo do Movimento. Nas itinerantes, de forma geral, os educadores responsáveis pela educação infantil e pelos anos iniciais do ensino fundamental são acampados do MST. E os educadores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio são professores da rede estadual de ensino, selecionados a partir das exigências estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação. Em alguns casos e momentos, assumiram esta modalidade de ensino estudantes voluntários das universidades (BAHNIUK E CAMINI, 2012, p. 334).

Sobre as possibilidades de articulação do movimento e sua luta, ainda segundo as autoras, permite um maior enfrentamento ao projeto hegemônico das escolas do capital, “buscando promover a formação humana das pessoas nela envolvidas. Isso se deve ao fato de estarem localizadas em espaços de luta, em que as contradições se tornam mais evidentes e, queiramos ou não, adentram a escola” (BAHNIUK E CAMINI, 2012, p. 334). A partir das transformações de conjuntura política e social, o MST tem buscado se reinventar e aperfeiçoar suas estratégias de enfrentamento e resistência. A educação do campo, as escolas itinerantes e demais mobilizações do movimento, constituem pilares centrais na luta pela terra e, conseqüentemente, possibilitam a construção de uma vida pautada na dignidade e na justiça social. Desta forma, pensando o papel da escola para o fortalecimento do movimento e a importância da educação para a comunidade Maila Sabrina, corrobora-se com a perspectiva apresentada no estudo de Vieira (2018, p. 36), onde sinaliza que

a presença da Escola Itinerante Caminhos do Saber é essencial para a manutenção da luta pela terra no acampamento Maila Sabrina, pois sua função está justamente em formar novas lutadoras e lutadores capacitados para que garantam a permanência da comunidade e tudo o que ela representa para a reforma agrária popular. O despejo do Acampamento e, conseqüente, da escola, significa deixar centenas de crianças e jovens sem acesso à educação, sem a sua escola (VIEIRA, 2018, p. 36).

Tendo em vista o debate sobre a importância da educação na luta pela Reforma Agrária, acrescenta-se a este debate o papel das universidades na articulação com os movimentos sociais, seja na formação de profissionais, na extensão ou na assessoria técnica. Além de discorrer sobre planejamento territorial em um cenário de conflito, a experiência aqui apresentada também busca refletir sobre os horizontes possíveis que surgem a partir do momento em que a academia rompe as barreiras do cientificismo e passa a dialogar com a diversidades de saberes que não cabem em sala de aula.

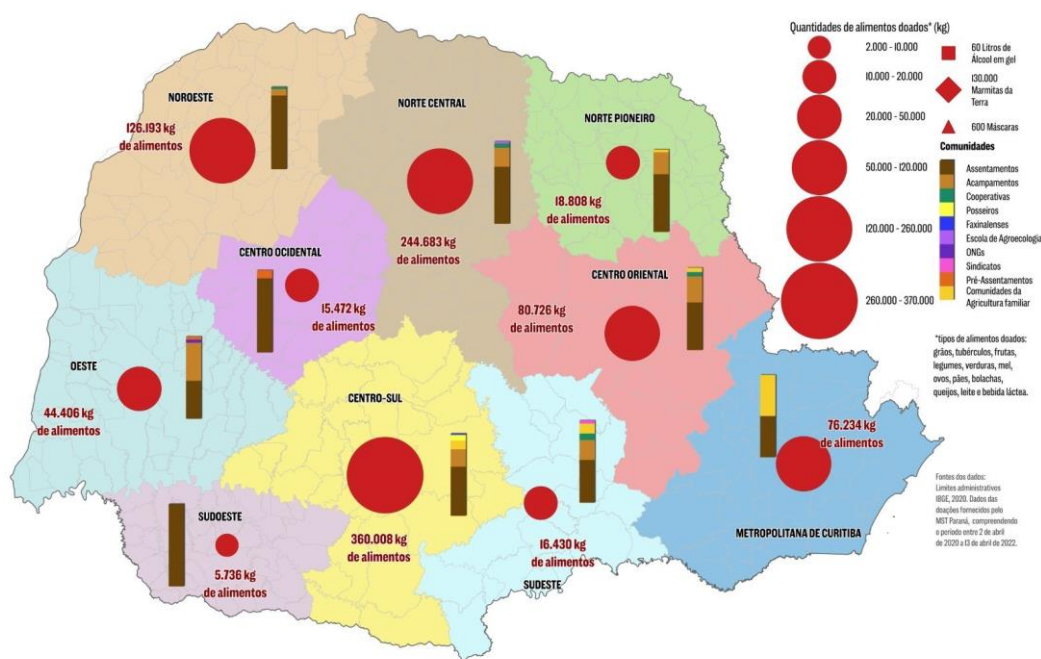
AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DURANTE A PANDEMIA

As ações de solidariedade articuladas pelo MST durante a pandemia criaram uma rede comunidades e grupos entre assentamentos, acampamentos, faxinalenses, sindicatos, posseiros, cooperativas, escolas de agroecologia e outros, que garantiram a soberania alimentar no período. Proporcionalmente os Assentamentos foram os que mais contribuíram - com 900 toneladas de alimentos doadas entre 2021 e 2022 -, seguidos pelos Acampamentos de Reforma Agrária como a Comunidade Maila Sabrina (Figura 11). Esses, sem infraestrutura e sem garantia de permanência na terra, evidenciam a necessidade de regularização das áreas como um elemento essencial para a garantia do combate à fome e à insegurança alimentar no nosso país.

É neste contexto que assentamentos e comunidades como o Maila Sabrina desempenharam um papel fundamental, apoiando diversas outras comunidades, incluindo ocupações urbanas

na cidade de Curitiba, por exemplo. Conforme relatado no site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no dia da colheita, cada família reservou parte de sua produção para a doação, somando assim 14 toneladas de alimentos como arroz, feijão, pães, legumes e frutas. Além disso também foram enviadas máscaras produzidas pelas mulheres da comunidade.

Figura 11: Figura até 13,5cm



Fonte: Estudo Maila Sabrina, Plantear, 2024.

Ao detalhar esses dados por assentamentos e acampamentos evidencia-se a amplitude do potencial produtivo que é promovido pela política de Reforma Agrária e que pode promover na manutenção de comunidades em acampamentos que ainda sonham com a regularização fundiária de seus territórios. Segundo os dados fornecidos pelo MST, a Comunidade Maila Sabrina se destacou como o acampamento que mais contribuiu, se equiparando no potencial e de solidariedade à Assentamentos com anos de consolidação. Na medida que as ações de solidariedade continuam fazendo parte do cotidiano no MST, portanto, da comunidade Maila Sabrina, sua manutenção e permanência na área significa garantir uma rede de distribuição de alimentos de qualidade que combate a fome e a insegurança alimentar nas periferias das grandes e médias cidades do estado do Paraná.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Os conflitos por terra são marca registrada na história do Brasil, uma vez que a terra, transformada em propriedade privada e concentrada a partir de um sistema de privilégios

com a Lei de Terras de 1850, torna-se elemento central na conformação de desigualdades estruturais, como o racismo. O professor Carlos Marés (2003) já nos chamou atenção, no seu livro *A Função Social da Terra*, que “a transformação da terra em propriedade privada foi um processo teórico, ideológico contrário a realidade, à sociedade e aos interesses das pessoas em geral, dos grupos humanos e dos povos, porque todos dependem da terra para viver” (Marés, 2003, p. 48).

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, que viabilizou uma série de avanços sociais e direitos, não as custas de pouca luta, para os povos indígenas, tradicionais e camponeses, existe uma reafirmação da propriedade privada como um direito inviolável (Art. 5º, CF 1988). Ao reivindicar a função social da terra, ao invés de apenas a função social da propriedade (como faz a Constituição Federal de 1988), Marés (2003) traz em contraposição ao sentido do valor (de troca) da produtividade capitalista e de sua apropriação privada, o sentido do (valor de) uso dos movimentos e povos do campo, onde a terra e a natureza estão associadas aos modos de vida e existência, e não a geração de renda.

No Brasil e em toda a América Latina esta inadequação da transformação da terra em propriedade fica evidenciada quando se olha para as populações indígenas, para quem o Direito e o Estado até hoje procuram soluções impossíveis para a assimilação privatista (MARÉS, 2003, p. 48).

Apesar dessas críticas, o próprio autor concorda que o texto constitucional apresenta a ideia de que a propriedade privada não é absoluta e de que a terra possui um sentido maior que o interesse privado e individual do proprietário (Marés, 2003). Essa questão é de fundamental interesse nos debates sobre as ocupações de terra na Reforma Agrária, uma vez que a ocupação, por parte de movimentos sociais, de grandes áreas improdutivas, com degradação ambiental ou das condições de trabalho faz-se a partir do que estabeleceu o Art. 5º, inciso XXIII sobre a função social. Entretanto, se a realidade dependesse apenas da norma, o cenário de conflitos territoriais no campo e na cidade seria outro. Infelizmente, como fala o professor Marés (2003, p. 44), “a terra disponível não é de quem a faz produzir, mas de quem o Estado escolhe”, evidenciando que pesam sobre o direito, a propriedade, a função social e o senso de justiça um arcabouço de relações territoriais, políticas, econômicas e sociais muito mais complexo.

A Fazenda Brasileira, ocupada em 2003 pelo Movimento Sem Terra, tem as marcas dessas contradições históricas, uma vez que se encontrava desprovida de função social no momento em foi reivindicada para a reforma agrária por meio da ocupação. Esse caso é a materialização da problemática envolvida na privatização da terra. A situação se agrava no momento que é imposto no Brasil um modelo de agricultura extensiva cujo objetivo de garantir alimentos de qualidade, fica em última instância. Contudo, a análise de Josué de Castro, na obra “Geografia da fome” (1946, p. 46), já alertava os efeitos que o modelo de agricultura impostos no Brasil engendraram.

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo (CASTRO, 1946, p. 268).

Este modelo de agricultura foi intensificado a partir da década de 1960, com os incentivos à “Revolução Verde”, na qual, sob a rubrica do agronegócio, resulta uma agricultura dita “moderna” que dominou a prática, a teoria e a política (PLOEG et al., 2000). Dessa estratégia, procederam processos de marginalização de saberes tradicionais, insegurança alimentar, poluição e degradação do meio ambiente (AQUINO & SCHNEIDER, 2016; HLPE, 2017).

Na conjuntura nacional, a chegada de Lula à presidência da República em 2003, era o sinal de que finalmente se realizaria a sonhada Reforma Agrária. Mas, obviamente, não aconteceu, pelo contrário, segundo Alentejano (2020), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, o resultado da expansão do agronegócio sobre os estabelecimentos agropecuários aumentou de 45% (2006) para 47,5% (2017). Os impactos dessa “contrarreforma agrária” se deram por todo o território nacional, inclusive nos centros urbanos que receberam o contingente de população direta ou indiretamente expulsa do campo, como aconteceu durante todo o século passado. Ruy Moreira, nos seus estudos sobre a formação do espaço brasileiro afirma que “a lógica que divide o campo em poucos com muita terra e muitos com pouca ou nenhuma terra no fundo é a mesma que divide a cidade em ‘bairros pobres’ (bairros de pobres), bairros intermediários (bairros de classe média) e ‘bairros ricos’ (bairros de ricos)” (MOREIRA, 2020, p. 189).

Resulta desta equação, tensionamentos e contradições: se por um lado a Constituição Federal (1988) ordena a função social da propriedade, por outro, o seu cumprimento por parte dos movimentos sociais organizados requer luta e resistência como meios. Na Fazenda Brasileira, os seus mais de 10 mil hectares somente passaram a ter sentido e função social quando as famílias sem-terra ocuparam e começaram a produzir ali. E isso levanta uma série de tensionamentos: afinal, como se reconfigura uma terra improdutiva ao ser desapropriada sob interesse social? Como as lutas sociais têm moldado e influenciado a configuração de territórios ao longo do tempo?

De acordo com seus usos, a terra é capaz de sustentar a reprodução e a manutenção da vida e, por este motivo, deve cumprir sua função social. Não obstante, visando alcançar o lucro absoluto, o capitalismo mercantiliza a natureza e os bens comuns, como a terra, e assim, o latifúndio e toda a lógica que o permeia, impede o pleno cumprimento do propósito da terra, que passa a ser vista enquanto reserva de valor e/ou área a ser explorada. Para Melo (2019, p. 142),

ainda que o latifúndio atenda ao critério da produtividade, fatalmente, ele esbarrará na, não utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e conservação do meio ambiente e na reduzida geração de ocupação no campo, impedindo o progresso e bem-estar dos trabalhadores. A incapacidade de conservação do meio ambiente está no caráter monocultor

de sua produção, uma vez que, via de regra, os latifúndios produtivos se dedicam ao cultivo de soja, milho, cana-de-açúcar, eucaliptos e pinus de maneira extensiva, exaurindo o solo e recursos hídricos de maneira progressiva, ocasionando a contaminação do solo e da água devido à grande aplicação de fertilizantes e agrotóxicos e reduzindo a diversidade da fauna e da flora devido ao aumento do desmatamento e da homogeneização da paisagem. Além da degradação ambiental, há a instabilidade econômica apresentada pelos riscos de se ter como base da agricultura local um único cultivo, como a perda de produtividade, devido a incidência de pragas e a flutuação do preço do produto no mercado. O latifúndio também não contribui suficientemente com a geração de ocupação no campo e muitas vezes desfavorece o bem-estar dos trabalhadores, devido às condições precárias a que são submetidos por meio da informalidade e sazonalidade (MELO, 2019, p. 142).

O cumprimento da função social da terra é um item de extrema importância que deve ser incorporado às políticas de planejamento territorial em áreas que demandam a Reforma Agrária, pensando inclusive na estrutura dos assentamentos e as singularidades dos territórios em que estes se encontram. Sobre a conjuntura dos projetos de assentamentos, destaca-se o rigor empregado para a definição de lotes, uma vez que o tipo de parcelamento realizado não considera o formato e a dimensão dos lotes, bem como as relações comunitárias já consolidadas.

O “quadrado burro”, como foi chamado, recebeu diversas críticas onde foi empregado. Pereira et al. (2021, p. 284) reprovam o modelo institucionalizado do Incra que, além de ignorar as relações sociais existentes, são aplicados pelos especialistas-técnicos sem uma linguagem que se comunique com a comunidade, que geralmente não se apropria das ferramentas do planejamento (PEREIRA et al, 2021, p. 184).

A partir destes conflitos e de novas perspectivas sobre o território e o meio ambiente, o MST se propôs a discutir novos caminhos e possibilidades de construir “modelos de assentamento”, baseados no trabalho coletivo, na agroecologia e na organização das moradias baseado no princípio da proximidade/afastamento. Essa necessidade do movimento tensiona o surgimento de novos horizontes de planejamento territorial, com foco na centralidade da vida. Sobre essa nova proposta, Pereira et al (2021) ressalta as experiências a partir da perspectiva de gênero.

As mulheres sem-terra, por exemplo, [com a agroecologia, vem] pautando outros olhares interseccionados sobre o projeto de reforma agrária popular, incluindo as dimensões do cuidado e cotidiano como questões centrais. Sendo assim, novas e outras bandeiras em favor de enfoques mais relacionais e diversos têm sido hasteadas na base dos acampamentos e assentamentos, para (re)pensar os espaços, as práticas e a comunidade por dentro da reforma agrária. (PEREIRA et al., 2021, pp. 161-162).

Assim, pensando em beneficiar as próprias comunidades assentadas através do barateamento do custo de vida, da facilidade no escoamento da produção, da melhoria das vias, da proximidade com serviços e infraestruturas, da ampliação da proteção ambiental e da maior segurança e a consolidação da vida comunitária do assentamento, as agrovilas surgem

como uma alternativa de planejamento territorial desde o movimento (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019).

O modelo das agrovilas também reflete a organização do acampamento nos períodos da ocupação, com os barracos de lona, onde se cria uma paisagem, que “se estabelece e consolida, [que] tem nos assentados sua expressão máxima, como sujeitos do processo, uma vez quem ao conquistarem seu território, tornam-se produtores de novas territorialidades” (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019, p. 146). Desta forma, as primeiras ações envolvendo o “desenho territorial” dos assentamentos, se iniciou a partir da participação da comunidade, da articulação e ampliação das redes com instituições estatais e de uma percepção de melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Planejar um assentamento tem repercussões diretas e indiretas na produção social do espaço, de novos territórios e territorialidades. E é com base nesta perspectiva que o planejamento comunitário surge como uma ferramenta potente, que valoriza as especificidades do território no qual se aplica a política pública e incorpora os sonhos das comunidades como um projeto de vida. É também o planejamento um processo de racionalização política sobre essas múltiplas dimensões dos territórios: a Reforma Agrária Popular. A palavra popular vem do latim popularis, e significa que algo é relativo ou pertencente ao povo. O planejamento territorial, a partir das comunidades, abre um leque de possibilidades para a (re)configuração dos territórios, contudo, apreende-se a importância de um suporte técnico que consiga articular prática e fundamentação teórica consistente, especialmente em áreas de conflitos e disputas contra hegemônicas.

Neste sentido, visando a garantia de um projeto sólido e ao mesmo tempo sensível às demandas da comunidade, surge a assessoria técnica popular, uma ferramenta fundamental na promoção da justiça social, pois sua principal proposta é a construção metodológica transparente e coletiva, sempre em diálogo com as comunidades e respeitando a autonomia, os tempos e os processos específicos de cada território. O exemplo do coletivo Plantear traz ainda uma especificidade: é um coletivo de assessoria que se articula e pensa a partir da extensão universitária popular. Neste contexto, a Universidade assume um papel crucial ao viabilizar a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos que vem dos territórios, fortalecendo iniciativas transformadoras e firmando parcerias estratégicas no enfrentamento às desigualdades.

A datar de sua formação interdisciplinar, o Plantear busca desenvolver estudos técnicos com todo o rigor científico necessário para a elaboração de um trabalho bem estruturado do ponto de vista normativo. Entretanto, para além da norma existe uma diversidade de territórios, territorialidades e sonhos a serem construídos, que devem ser respeitados no processo metodológico do planejamento territorial, assim, apreende-se que o principal objetivo do coletivo é construir, coletivamente com os movimentos sociais, uma assessoria técnica popular que possa democratizar o conhecimento e formar profissionais qualificados e cada

vez mais comprometidos e engajados na luta pela Reforma Agrária e pela justiça social e territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de assessoria técnica por meio da extensão universitária popular é um espaço seguro de aprendizado, de construção de relações sociais outras que possam moldar o saber e o fazer de uma nova geração de pesquisadores, técnicos e profissionais de diferentes áreas. Os trabalhos realizados na Comunidade Maila Sabrina, em 2019 e 2024, sinalizam para essa articulação de vários conhecimentos e técnicas – muitas vezes restritas aos espaços acadêmicos e institucionais – para mobilizar novas interpretações sobre os territórios e os direitos dos povos e comunidades do campo, florestas e cidades.

Articulam-se assim, novos conhecimentos, novas narrativas de defesa desses territórios e colocam em evidência as disparidades, injustiças e desigualdades estruturais das sociedades capitalistas. Além disso, complexificam a análise, que não se resume mais a uma leitura normativa de quem tem um papel de titularidade. A função social da terra (e da propriedade) são questionadas, dentro e fora dos marcos jurídicos institucionais, revelando que a permanência de Comunidade como Maila Sabrina é, além de uma reparação histórica, uma vitória para o conjunto da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma em marcha acelerada. 2020. **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 353–392.

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 615.

BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. **Escola itinerante**. In: CALDART, Roseli Salete (Org.) et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 333-339.

BOEMER, Julia. **Contribuições da escola itinerante caminhos do saber para a auto-organização das crianças: fundamentos da pedagogia soviética**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2018. 235 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em NOVENBRO de 2024.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 895-929.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete (Org.) et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984, p. 348.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo**: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

HLPE. Nutrition and food systems. **A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome, 2017. p. 152.

HORA, Karla E. R.; MAURO, Rogério A.; CALAÇA, Manoel. Desafios para o Parcelamento dos Assentamentos de Reforma Agrária sob a Perspectiva Ambiental a partir da Experiência do MST em Goiás. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 49, p. 140–167, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5881>. Acesso em novembro de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população residente, total e quilombola, por localização do domicílio: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Faxinal - PR**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/faxinal/panorama>. Acesso em: 22 nov. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Ortigueira - PR**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ortigueira/panorama>. Acesso em: 22 nov. 2024.

IBGE. **Estrutura Fundiária**. In: IBGE, Atlas do espaço rural brasileiro. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf. Acesso em novembro de 2024.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. 1ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2003.

MELO, Thiago da Silva. Latifúndio e descumprimento da função social da terra no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 137-151, set., 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45300>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PEREIRA, Carolina Sato; BARONE, Luís Antônio; HIRAO, Hélio. **Assentamentos sob perspectiva do planejamento da infraestrutura e das dinâmicas dos equipamentos públicos**. In: Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 7, Araraquara, 2016. Anais eletrônicos [...] Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2016. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1c/assentamentos-perspectiva-planejamento-infraestrutura.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PEREIRA, Iara B. F. et al. **Conflitos na Reforma Agrária e Mundos Possíveis: Planejamento de um Assentamento Agroecológico no Município de Castro (PR)**. In: SANSOLO, Davis G. et al. Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular. Volume 1. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2021.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, 2000, p. 391-408.

URQUIZA, Paulo Roberto Urbinatti. **História da Escola Itinerante Caminhos do Saber - Ortigueira - PR - 2005 - 2008**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Departamento de Educação, Londrina, 2009. 182 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes do campesinato**. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 336.